

O DISCURSO DOCUMENTAL NA HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS E O CASO DOS DICIONÁRIOS¹

José Horta NUNES²

- RESUMO: Este trabalho aborda o *discurso documental*, trazendo elementos para sua análise. Localiza-se esse tipo de discurso no interior da perspectiva da Análise de Discurso e da História das Idéias Lingüísticas e mostra-se seu lugar nas ciências da linguagem, seu estatuto textual e sua ligação com a história. Depois, são abordadas as instâncias do discurso documental: sua constituição, formulação e circulação. Em seguida, explicita-se como o esse discurso, enquanto prática de arquivo, produz uma memória institucionalizada. Por fim, propõem-se alguns direcionamentos para a análise do discurso de documentação de dicionários produzidos e ou utilizados no Brasil.
- PALAVRAS-CHAVE: Discurso documental; história das idéias lingüísticas; análise de discurso; dicionário.

Introdução

Tomar a documentação lingüística como objeto discursivo nos leva a construir um dispositivo de análise que permita compreendê-la como tal. Se o documentalista está envolvido em sua prática, com objetivos específicos, e aquele que consulta as documentações e os arquivos o faz com interesses que variam conforme a questão que ele se coloca, um estudo discursivo produz, por meio de um dispositivo teórico e analítico, um distanciamento para se observar as práticas de documentação, considerando-se os gestos de interpretação que elas produzem. Desloca-se assim o olhar do documentalista e do leitor consulente em direção a uma perspectiva de análise da documentação e do arquivo.

¹ Esta pesquisa está relacionada ao projeto "Documentação Lingüística: Arquivo, Instrumentação, Divulgação", que tem apoio da FAPESP (Auxílio Pesquisa, Proc. 2006/00234-8). O projeto objetiva efetuar uma reflexão sobre a documentação lingüística na análise de discurso e na história das idéias lingüísticas, assim como realizar um trabalho de documentação de dicionários brasileiros.

² UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. Endereço eletrônico: horta@ibilce.unesp.br

Os trabalhos em história das idéias lingüísticas no Brasil (ORLANDI, 2001, 2002; GUIMARÃES; ORLANDI, 2002) têm trazido elementos para se compreender o discurso documental.³ Dessa perspectiva, estuda-se a constituição de um saber metalingüístico no Brasil desde a Época Colonial, levando-se em conta o papel de obras, autores, teorias, acontecimentos, arquivos, instituições, na produção desse saber. Dentro disso, a relação entre o discurso documental e o arquivo, a memória, as instituições tem um lugar decisivo:

O arquivo em análise de discurso é o discurso documental, memória institucionalizada. Essa memória tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência de linguagem. Trabalhar a relação entre estas formas de memória, sem deixar-nos dizer pelas nossas preferências, pelos nossos compromissos, e também não sermos ditos por uma história sempre já-contada, é um exercício de método e de disciplina. (ORLANDI, 2002, p.11)

Ler os documentos de arquivo conduz a explicitar os gestos de interpretação que subjazem a sua elaboração, evitando-se reproduzir uma história já dada, fixada, e mostrando seu processo de construção. As práticas institucionais e de arquivo realizam um trabalho de interpretação que direciona os sentidos, estabelecendo uma temporalidade e produzindo uma memória estabilizada.

Pensar a documentação no campo das ciências da linguagem nos leva a interrogar o modo como a própria noção de ciência se apresenta nas práticas documentais. Que concepções científicas, que teorias, que conceitos, que objetos, que métodos estão em jogo na prática documental? Como o discurso do documentador recorta esses elementos, como ele os seleciona, os classifica, os descreve, os relata em uma temporalidade? O que se repete e o que se apaga nesse trabalho? Enfim, como a ciência é documentada, arquivada, institucionalizada, como ela é significada nos textos documentais e na história?

Discurso documental: ciência, texto e história

Para abordar o discurso documental, vamos delimitar os sentidos que atribuímos a ele. Inicialmente, vemos o discurso documental como um saber científico, que toma forma na relação com as instituições, os sujeitos da ciência, os meios de circulação do saber, dentre outros aspectos conjunturais. Esse discurso tem por materialidade específica os textos documentais, ou seja, textos

³ Para um histórico e uma bibliografia desses trabalhos, ver o *site* do “Programa de História das Idéias Lingüísticas no Brasil” (<http://www.unicamp.br/iel/hil/index.htm>).

que são considerados como documentos pertinentes a determinados campos de saber e textos que tomam esses materiais como objetos. Desse modo, trata-se de um discurso científico que se realiza por meio de textos documentais e que produz uma historicização da ciência.

Em nosso caso, vamos nos deter na *documentação lingüística*, tomando o adjetivo *lingüístico* como referente às “ciências da linguagem”. Consideramos desse ponto de vista não somente a chamada lingüística moderna, que comumente vê na lingüística histórica do século XIX e depois em Saussure no século XX os inícios da ciência lingüística, mas a constituição de um saber metalingüístico desde a antigüidade até nossos dias. Esse saber metalingüístico, segundo Auroux (1992a, p.16-17), pode ser de *natureza especulativa*, ou seja, representado como abstrato, ou de *natureza prática*, isto é, que objetiva à aquisição de certos domínios, como o *domínio da enunciação* (finalidade de convencer ou de representar o real), o *domínio das línguas* (falar ou compreender uma língua, seja a materna, seja outras), e o *domínio da escrita* (alfabetos, corpo literário etc.). Os domínios constituem as *técnicas*, ou seja, práticas que permitem obter certos resultados desejados e as *competências* específicas, suscetíveis de receber um estatuto profissional em uma sociedade (intérpretes, escribas, poetas etc.).

Esse posicionamento nos leva a ter em vista no estudo da documentação lingüística, além das teorias lingüísticas “modernas”, as que se constituíram desde a antigüidade (lógica, retórica, gramáticas gerais) e também os chamados instrumentos lingüísticos (gramáticas, dicionários, manuais). Estes últimos são considerados como tecnologias que prolongam a “competência” do locutor, dando acesso respectivamente a um corpo de regras e a um conjunto de palavras que um mesmo locutor não domina completamente (AUROUX, 1992a, p.69). Acrescente-se a isso o estudo das instituições e das condições que elas trazem para a prática científica, como as de: documentar a ciência, construir arquivos, formar cientistas, divulgar pesquisas etc.

Convém distinguir aqui os textos a serem documentados (as obras) dos textos documentadores (descrições, comentários, resumos, indexações, bibliografias, periodizações etc.). Uma obra passa a ser um “documento” na medida em que ela é historicizada, ou seja, na medida em que ela se torna objeto de um saber documental. O texto documental nomeia, data, seleciona objetos e traça percursos. Sua tipologia é variada e caracteriza-se pelo caráter metalingüístico. Por vezes, ele se apresenta inserido em um texto teórico, outras vezes apresenta-se como texto de arquivo, com o objetivo reconhecido de documentação.

Tomemos um caso na história das ciências da linguagem: a compilação de obras durante o século XVIII na Europa, a qual serviu de base para os estudos comparatistas. Retomando a distinção entre o texto documentado (a obra) e o

texto documentador discutida mais acima, podemos ver o movimento de gramatização das línguas do mundo no século XVI e XVII como um período em que aparece uma grande quantidade de obras sobre centenas de línguas indígenas. Segundo Auroux (1992b, p.542), o “dado é de início uma coisa”, como as *Tábuas Eugubinas*, descobertas em 1444 ou o *Codex Argenteus* reencontrado em 1563. Diremos igualmente que as gramáticas, dicionários, catecismos dos missionários que estiveram no Brasil e em outras partes do mundo consistem em obras que se tornam “dados” e que passam a ser ajuntadas em arquivos, como o da Propagação da Fé, no início do século XVII, em Roma. Com o acúmulo desses dados textuais, surgem as práticas de documentação, que visam a obter, recensear, classificar, listar esses materiais, produzindo textos documentais. Em seguida, formulam-se hipóteses sobre esses dados, as quais avançam termos teóricos, como a noção de “parentesco”. Auroux (1992b) apresenta uma lista de obras que realizaram compilações no século XIX, dentre as quais estão as de Monboddo (1773-1792), Court de Gébelin (1773-1782), Hervás e Panduro (1784), Adelung e Vater (1806-1817), Balbi (1826). Sem esse imenso trabalho de documentação, a Gramática Comparada do século XIX certamente não teria condições de se estabelecer, o que implica que, embora ela tenha operado deslocamentos importantes, ela apresenta uma certa continuidade em relação a práticas anteriores.

Vemos nesse processo, em síntese, a constituição do documento (da obra, do “dado”), a documentação (nesse caso, a compilação) e a interpretação teórica (construção de teorias). Note-se que as compilações, com suas listagens e descrições, já “balizam” os dados, produzindo lugares de interpretação sobre o objeto documentado (as línguas do mundo). Auroux (1992b, p.539) afirma que Adelung classifica tanto as línguas como os povos; o jesuíta Hervás apresenta seu posicionamento cristão quando considera a diversidade de línguas um mistério; Balbi, como geógrafo afetado pela estatística, expõe os fatos; Monboddo, de uma perspectiva da antropologia naturalista, coloca a hipótese do poligenetismo; e Gébelin, representante das Igrejas Reformadas na França, a do monogenetismo.

Como prática específica das ciências da linguagem, a documentação lingüística se realiza de acordo com diferentes objetivos. Como mostra Auroux (1992a, p.11), os que elaboram história dos conhecimentos lingüísticos podem ser agrupados nas seguintes categorias: os que visam a constituir uma base documentária para a pesquisa empírica; os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam (por exemplo, trabalho de um filólogo das línguas clássicas sobre a gramática, a filologia ou a lógica grega); os que têm um papel fundador, voltando-se para o passado para legitimar uma prática contemporânea. Em cada uma dessas práticas, vemos se constituírem também diferentes

horizontes de retrospectão, que relacionam o saber lingüístico a certas temporalidades:

Nomeamos *horizonte de retrospectão* o conjunto desses conhecimentos antecedentes (Auroux, 1987). Um horizonte de retrospectão pode ser estruturado de diferentes formas. Os conhecimentos podem figurar de modo indistinto como conhecimentos comuns. Mas eles podem também ser indexados, com autores, até mesmo com datas. A existência dos horizontes de retrospectão é um testemunho de que o conhecimento tem necessariamente relação com o tempo; não há conhecimento instantâneo, o que não significa que o objeto do conhecimento ou seu valor sejam temporais, como sustenta o relativismo. (AUROUX, 2006, p.107-108, tradução nossa)⁴

Segundo o autor, não se pode abordar a questão da história das ciências sem estudar a estrutura dos horizontes de retrospectão e o modo como os domínios de objetos são afetados pela temporalidade. Deparamo-nos aí com os chamados “modos de historicização”, ou seja, modos de os objetos estarem na “história real” (AUROUX, 2006, p.110). Isso conduz a não considerar a história da ciência por meio de uma temporalidade idealista, que se daria de modo universal e fora do espaço. Ao contrário, a temporalidade dos conhecimentos lingüísticos é remetida aos espaços. Os trabalhos com os horizontes de retrospectão em diferentes tradições lingüísticas explicitam conformações específicas da temporalidade, incluindo-se aí maneiras de se recortar o passado, de distinguir nesse horizonte o que faz parte da ciência contemporânea e o que é tido como “história da ciência”, de retomar objetos deixados de lado, de transformá-los ou substituí-los, no jogo entre memória e esquecimento.

Apontamos até o momento algumas propriedades do discurso documental: sua localização na ciência, seu objeto textual e sua ligação com a história. No item seguinte, vamos no deter na montagem de um dispositivo de análise desse discurso.

Constituição, formulação e circulação: as instâncias do discurso documental

Todo discurso pode ser analisado nas instâncias de sua *constituição*, *formulação* e *circulação*. Conforme Orlandi (2001, p.9), a *constituição* se dá “a

⁴ Nous nommons *horizon de rétrospection* l'ensemble de ces connaissances antécédentes (Auroux, 1987). Un horizon de rétrospection peut être structuré de multiples façons. Les connaissances peuvent figurer de façon indistincte comme connaissances communes. Mais elles peuvent aussi être indexées, avec des auteurs, voire des dates. L'existence des horizons de rétrospection témoigne de ce que la connaissance a nécessairement rapport au temps: il n'y a pas de connaissance instantanée, ce qui ne signifie pas que l'objet de la connaissance ou sa valeur soient temporelles, comme le soutient le relativisme. (AUROUX, 2006, p.107-108)

partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo”. Ela diz respeito ao que se chama a dimensão vertical do discurso, ou dimensão interdiscursiva, quando um enunciado se encontra relacionado a uma rede de formulações. Trata-se de um espaço que organiza a repetição/transformação dos elementos discursivos e que está sujeito ao apagamento, ao esquecimento, à denegação. Esse espaço de memória determina a formulação, ou seja, o *interdiscurso* determina o *intradiscurso*, ele o atravessa, ele o constitui. A *formulação* se dá “em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas”. Trata-se do intradiscurso enquanto fio do dizer, linearização, e que por isso é considerado como a dimensão horizontal do discurso. Na formulação instaura-se o texto, na contradição entre uma determinação externa (interdiscurso) e uma determinação fonte (a de determinar o que diz). Se a formulação é constituída pela memória, ela é também atualização dessa memória. Já a *circulação* diz respeito aos *trajetos dos dizeres* que se dão em certas conjunturas. A circulação ocorre por “meios” que nunca são neutros.

No nível da *constituição*, localizamos a *memória documental*, pensada como um espaço estratificado de formulações, espaço este sujeito à repetição. Tomemos como exemplo a memória das línguas indígenas desde os tempos da colonização no Brasil. Há uma série de dizeres em textos de viajantes e missionários que têm por objeto línguas indígenas, geralmente na forma de comentários que realizam as primeiras reflexões lexicográficas e gramaticais. Toda essa memória apresenta-se como um espaço de possibilidades a serem retomadas. Assim, os historiadores da Companhia de Jesus realizam um trabalho de arquivo, elencando e comentando as obras dos missionários, com o objetivo de elaborar uma história dessa instituição – talvez a primeira tentativa de uma história das idéias lingüísticas no Brasil. Já os estudiosos da linguagem no século XIX trabalham essa memória visando à construção de uma história do Brasil, na qual se interpretam os textos dos missionários em vista da construção de uma imagem do Tupi Antigo como língua originária romantizada, argumento para uma identidade nacional.⁵

De acordo com Pêcheux (1999, p.56), “uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. Na análise do discurso documental, atentamos para esse caráter móvel da memória apontado por Pêcheux. O caso dos mitos indígenas é significativo a esse respeito. Os missionários no Brasil colonial não atribuíam aos mitos um valor documental,

⁵ Ver Nunes (2006).

de maneira que não se constituiu um arquivo deles nessa época, ao passo que os mitos religiosos cristãos foram inseridos na catequese. Tal esquecimento perdurou por séculos, até que, com a antropologia no final do século XIX, eles passaram a valer como materiais a serem coletados. A memória discursiva tem a ver, nesse caso, com a memória textual, com a seleção ou negação de uma forma textual em certas circunstâncias.

No nível da *formulação*, temos a instauração do texto documental, com sua unidade, linearidade, imaginário de completude. Um trabalho de análise do texto documental leva a explicitar seu modo de organização, os efeitos de co-referência que ele produz, bem como o exercício da *função autor*.⁶ Inicialmente, é possível identificar as várias formas textuais que se constituem na história: os comentários, as resenhas, as bibliografias, os prefácios, as classificações, as compilações etc. No momento de legitimação da língua nacional, em finais do século XIX, por exemplo, um imenso trabalho de recenseamento dos “brasileirismos” teve lugar, o qual teve continuidade até meados do século XX. Tal coleta consistiu primeiramente em elencar textos dos mais variados tipos que continham brasileirismos (relatos de viajantes e missionários, glossários, textos científicos, textos literários, dicionários parciais). Resultaram disso compilações e bibliografias.⁷ Esse material serviu, por um lado, à confecção de dicionários de brasileirismos (ROHAN, 1889; SOARES, 1888) e, por outro, às críticas aos dicionários portugueses, nas quais se indicavam suas omissões e inadequações das definições, como se vê, por exemplo, no *Lexico de Lacunas*, de Taunay (1914).

No nível da *circulação*, há os diversos modos de distribuição do discurso documental, considerando-se os meios técnicos (manuscritos, impressos, texto eletrônico), os discursos de divulgação (institucionais, acadêmicos, mediáticos), as publicações, os periódicos, os congressos, enfim, tudo aquilo que faz o texto circular ou não circular (preservação, acesso restrito, desconhecimento etc.). O trabalho documental está diretamente relacionado aos modos de circulação do conhecimento, na medida em que lida com as condições de realização e de divulgação das ciências.

Observar a história dos documentos, os percursos que eles realizam, leva a compreender melhor a produção do conhecimento. Fatos como a expulsão dos jesuítas foram acompanhados da perda ou extravio de obras. Uma parte desses materiais encontra-se espalhada por arquivos europeus. Os materiais coligidos

⁶ Segundo Orlandi, a função autor, sendo determinada pela exterioridade, está mais submetida às regras das instituições e aos procedimentos disciplinares (ORLANDI, 1988, p.77). Isso nos leva a considerar os efeitos das instituições e dos procedimentos disciplinares no discurso documental.

⁷ Um trabalho bibliográfico sobre os brasileirismos, já na primeira metade do século XX, encontra-se em Neiva (1940).

pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, resultantes de uma expedição pelos rios da Amazônia, assim como alguns de seus manuscritos, foram arrebatados, durante a invasão napoleônica, por Saint-Hilaire, do Museu de História Natural de Paris (HOLANDA, 1989, p.171-173). As fundações da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro levaram à coleta de materiais, dentre os quais alguns relativos a línguas indígenas. Analisar os gestos de interpretação desses trajetos das obras é um passo para se explicitar a historicidade da documentação lingüística.

O discurso documental apresenta características do que Foucault (1971, p.23) chama “comentário”, enquanto um procedimento *interno* de controle e delimitação do discurso: princípios de classificação, de ordenamento, de distribuição. O comentário limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma da *repetição* e do *mesmo*. Na discrepância entre o texto primeiro e o texto segundo, vários são os discursos que se produzem: retomar um sentido original, interpretar o que não era compreendido, produzir novos discursos sobre o mesmo texto. Mas o discurso documental pode estar ligado também à *disciplina* e, nesse caso, ele seleciona objetos a serem considerados em um campo de saber, como vimos mais acima na discussão sobre as ciências da linguagem. E se, ao evocar uma memória, ele visa à produção de novas formulações – de uma ciência atual ou futura –, ele deve ser visto também como uma forma de controle dos textos e dos discursos em uma sociedade.

Documento, arquivo e memória

Vamos tratar agora do discurso documental enquanto prática de arquivo, mediada pelas instituições e que produz uma memória institucionalizada, estabilizadora de sentidos. Ao participar da construção do arquivo, o discurso documental estabelece uma regionalização da memória da ciência. Para se compreender esse fato, faz-se necessário explicitar o funcionamento dos *arquivos textuais* na história e no contexto atual das novas tecnologias.

Em *Ler o arquivo hoje*, Pêcheux (1994) chama atenção para o fato de que os arquivos textuais apresentam características específicas, distintas daqueles em que prevalecem os dados de natureza quantitativa:

o discursivo informaticamente marcado sob a forma dos 'dados textuais' não tem, efetivamente, a mesma relação nos procedimentos lógico-matemáticos que este outro tipo de dados, de natureza quantitativa, utilizados em economia, em demografia, em história etc. De forma que este domínio, o qual será conveniente aqui chamarmos de *discurso textual*, é o lugar em potencial de um confronto violentamente contraditório. (PÊCHEUX, 1994, p.55-56)

Assim, o autor aponta para duas tendências contraditórias na leitura de arquivo desde a Era Clássica: a “literária” e a “científica”. Com as novas tecnologias, as fronteiras entre essas duas tendências se movimentam: o domínio dos literatos é parcialmente ocupado pelo dos cientistas, sempre dispostos a construir bancos de dados, ao passo que os literatos se refugiam em seus arquivos particulares ou se dispõem a utilizar as novas tecnologias, muitas vezes sem um trabalho efetivo de autoria tecnológica. A posição de Pêcheux é a de que, diante da re-organização da divisão do trabalho que se apresenta, e do risco de isolamento dos literatos, é preciso realizar trabalhos de arquivo que não embarquem na “prática liberal da circulação da informação”, bem como no “utilitarismo” dos cientistas, mas que levem em conta a materialidade da língua:

É à existência da materialidade da língua na discursividade do arquivo que é urgente se consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do lingüista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática - e, logo, *também* nele - os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo. (PÊCHEUX, 1994, p.63)

As observações de Pêcheux nesse texto, bem como os estudos que se seguiram na Análise de Discurso sobre a questão da leitura de arquivo (ORLANDI, 1994) nos conduzem a atentar para as materialidades lingüísticas do arquivo, para a produção das *metáforas de arquivo* e a possibilidade de equívoco na leitura dos “discursos textuais” aí envolvidos. Compreender o modo de constituição dos arquivos na história, o lugar que o documento textual e o funcionamento das sistematicidades lingüísticas ocupam nesse processo, assim como os efeitos de memória que nele se produzem, é uma etapa importante para o conhecimento dessas práticas. Tudo isso traz condições para um posicionamento refletido diante do espaço polêmico da memória e das leituras de arquivo.

Um dos pontos que levam a uma compreensão mais aprofundada do funcionamento do arquivo está na distinção entre *memória* e *interdiscurso*. Segundo Orlandi (2003, p.14), a memória enquanto interdiscurso diz respeito “ao saber discursivo, ao fato de que todo dizer se produz sobre um já-dito. Todo dizer é já gesto de interpretação, posição face à memória”. Já a memória enquanto arquivo é a memória institucionalizada, estabilizada:

Já o que estamos chamando arquivo é a memória institucionalizada, estabilização de sentidos. No arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças. Se no interdiscurso há o que

se deve dizer mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há, assim, um efeito de fechamento. Se o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não se deve esquecer). Se no interdiscurso fala uma voz sem nome (cf. Courtine), no arquivo fala a voz comum, a de todos (embora dividida). (ORLANDI, 2003, p.15).

Deste modo, é preciso distinguir a memória institucionalizada (a memória de arquivo) e a memória enquanto interdiscurso (o horizonte do já-dito). O arquivo corresponde a representações imaginárias da memória. Podemos acrescentar que a memória institucionalizada tem uma história e que ela é sustentada por certas condições que, quando deixam de vigorar, abalam a estabilidade do arquivo. É assim que a coleta de brasileirismos, fomentada pela Academia Brasileira de Letras desde sua fundação, em 1897, e que se estendeu até a primeira metade do século XX, deixa de ser pertinente a partir do momento em que surgem os primeiros dicionários gerais em finais da década de 1930. Isso corresponde também a uma modificação da relação entre a ex-colônia e a ex-metrópole: da relação de complementação se passa a uma relação de autonomia. O tema de arquivo não será mais então o dos “brasilismos”, mas o da descrição do “português brasileiro”.

Note-se que essas mudanças temáticas de arquivo (das metáforas de arquivo) são acompanhadas de consideráveis transformações no panorama institucional das ciências da linguagem. Como mostra a periodização dos estudos da língua portuguesa no Brasil efetuada por Guimarães (2004), a década de 1930 corresponde ao início de um novo período, marcado pela “fundação dos cursos de letras (o da USP em 1934 e o da Universidade do Brasil em 1939), que passam a constituir-se em espaço de pesquisa sobre questões de linguagem, que estavam, até então, ligadas fundamentalmente à língua do Estado (Língua Nacional), a um padrão literário e ao ensino” (GUIMARÃES, 2004, p.31). Um dos autores significativos desse período, segundo Guimarães, é Silveira Bueno, que ingressa por concurso na USP em 1944 e, a partir daí elabora trabalhos que contemplam a dialeção no Brasil, de uma perspectiva filológica (*Estudos de Filologia Portuguesa*, 1946), sendo que ele considera a semântica como uma das partes da filologia (*Tratado de Semântica Geral Aplicada à Língua Portuguesa do Brasil*, 1947). Guimarães observa que Silveira Bueno também considerava que a produção de instrumentos lingüísticos, como gramáticas, afeta a língua. A partir disso, podemos compreender as mudanças na produção lexicográfica, que não visava mais à realização de dicionários de brasileirismos, ou ao estudo dos brasileirismos isoladamente, mas sim a dicionários brasileiros de língua portuguesa. Enquanto autor de dicionários, Silveira Bueno se dedicou, por um

lado, à produção de dicionários gerais escolares (como o *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, 1955) e, por outro, de dicionários etimológicos (como o *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa*, 1967).⁸ Tais fatos mostram que as mudanças institucionais vão de par com as mudanças das temáticas de arquivo e dos instrumentos que daí resultam.

Gostaríamos neste momento de apontar uma distinção entre *percurso temático de arquivo* e *percurso temático no arquivo*. Vemos este último como um percurso temático que se realiza em um ou mais arquivos para a composição de um *corpus* de análise. Um exemplo disso está na proposta de Guilhaumou e Maldidier (1994), segundo a qual “o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social” (p.164). Essa proposta direciona para uma diversificação do arquivo, com a consideração da multiplicidade de “dispositivos textuais”. O tema da “subsistência” durante a Revolução Francesa, por exemplo, mobiliza na análise desses autores uma série de “arquivos”: “do grito do povo amotinado que chega até a justiça até o tratado de economia política, passando pela correspondência dos intendentés, a obra literária ou o debate da assembléia etc.”. Se os estudos baseados nessa concepção levaram a uma diversificação dos *corpora*, ao trabalho com “*corpora* abertos” e à análise do modo como um “tema” se apresenta em vários arquivos, eles não conduziram a uma análise mais detida do funcionamento de um ou outro arquivo. Assim, parece-nos apropriado considerar um percurso específico: o *percurso temático de arquivo*, que é aquele construído em um arquivo, freqüentemente ligado a uma instituição. O que se estuda nesse caso não é exatamente como um tema está no arquivo ou atravessa vários arquivos, mas sim como o arquivo se constitui por temas, como ele ordena, classifica e constrói por meio das práticas documentais um discurso da história. Busca-se explicitar, de fato, as bases lingüístico-discursivas do funcionamento do arquivo em relação a ele mesmo.

No *percurso temático de arquivo*, o texto documental é uma unidade de análise, na medida em que ele produz um discurso sobre os objetos de arquivo. Esse discurso é construído por formas textuais e mecanismos lingüísticos que participam da construção dos percursos temáticos. Consideramos aqui não um ou outro tema, mas as *montagens temáticas* constituídas nos gestos de documentação, montagens estabelecidas por meio de nomeações, descrições, palavras-chave, classificações etc. Um conjunto de palavras-chave, por exemplo, não corresponde a um único tema mas a uma montagem de vários temas que constituem um enunciado de arquivo. Está contemplada aí a possibilidade da *polissemia* de arquivo, como modo de agenciar a multiplicidade de discursos.

⁸ Sobre a autoria lexicográfica em S. Bueno, ver a dissertação de mestrado de Giacomini (2007).

Essas montagens formam a base para os *efeitos metafóricos de arquivo*. Parece-nos que um estudo da *escrita de arquivo* permitirá compreender os efeitos de sentido aí produzidos. Trata-se de uma escrita que alterna a linearidade e a verticalidade, o fio do discurso e a profundidade, o sintagma e o paradigma. À escrita horizontal das descrições vem se ajuntar a *escrita tabular* das classificações, das listas de palavras, dos campos relacionais. As montagens formam redes, cadeias significantes que se entrecruzam. Nessa escrita, as *metáforas de arquivo* operam substituindo, mas também sobrepondo, acumulando, alternando, de modo que na leitura do arquivo os *equivocos* produzem efeitos de multiplicidade, de deriva, de alternância, produzindo a ilusão do percurso múltiplo.

Esperamos ter levantado alguns pontos pertinentes para a reflexão sobre o documento, relacionando-o com o arquivo e com a memória, e também atentando para sua materialidade textual. Os trabalhos relacionados ao arquivo na Análise de Discurso complexificaram essa noção, evitando tomar os textos, documentos e arquivos em sua transparência e literalidade, e considerando-os em sua opacidade e especificidade. Além disso, eles trouxeram condições para o conhecimento dos aspectos institucionais, da história social dos textos e do funcionamento lingüístico-discursivo dos arquivos. Tudo isso nos permite hoje um outro olhar sobre o que seja o discurso documental.

O dicionário na documentação lingüística

Os trabalhos em História das Idéias Lingüísticas (HIL), articulados à Análise de Discurso, levaram a considerar o dicionário como um objeto de análise e como um instrumento lingüístico, ou seja, como um saber científico de natureza prática e técnica. Ao ver a gramática e o dicionário “tradicionais” como objetos normativos, a lingüística moderna produziu uma nova memória da ciência, na qual esses objetos foram deixados de lado diante da cientificidade da lingüística, que propunha o estudo da língua enquanto sistema abstrato. A oralidade ganha um estatuto decisivo para a descrição dos sistemas lingüísticos, frente à escrita. Porém, se os instrumentos lingüísticos, construídos com base na escrita, de fato não se confundem com a “língua”, eles não deixam de funcionar na sociedade, produzindo um discurso e um imaginário lingüístico. Da perspectiva da HIL, os instrumentos lingüísticos são vistos como um saber que funciona na aquisição dos domínios da escrita, da língua e da enunciação. Compreender a historicidade dos dicionários implica considerar sua existência (aparecimento, transformação, substituição) no tempo e no espaço. Reconhecendo esse lugar para o dicionário na história das ciências, julgamos pertinente estudar o modo como ele foi documentado em diferentes conjunturas.

Tendo em vista a hiperlíngua brasileira,⁹ propomos alguns caminhos possíveis para a análise da documentação de dicionários. Salientamos aqui alguns dos domínios que têm sido estudados amplamente na HIL: obras, autores, instituições, acontecimentos, teorias. Vamos abordar rapidamente cada um deles, a fim de indicar procedimentos para esse tipo de pesquisa. Salientamos que esta reflexão se restringe aos dicionários e que ela não visa à exaustividade, mas sim a apresentar um conjunto de possibilidades analíticas. Visamos com isso trazer condições para um conhecimento das documentações lexicográficas realizadas na história.

Obras

O primeiro ponto a ressaltar quanto ao estudo das obras é a especificidade do objeto dicionário e de sua tipologia. Encontra-se na história uma grande variedade de dicionários, o que coloca o problema de sua identificação e classificação. Tomemos como exemplo o *Vocabulário na Língua Brasileira*, do século XVI, o primeiro dicionário feito no Brasil, um bilíngüe português-tupi. A análise de sua nomenclatura nos mostra que é um dicionário que traz como entrada: unidades lexicais, sintagmas, frases, seqüências de frases. Além disso, os verbetes mostram enunciações atribuídas aos índios, aos intérpretes, aos próprios lexicógrafos ou a certos grupos de falantes da língua indígena e da língua portuguesa. Desse modo, as marcas enunciativas (discursos relatados, marcas de heterogeneidade discursiva, sistematicidades pronominais) são caracterizadoras desse dicionário, o que o diferencia de um dicionário exclusivamente de definição ou de sinonímia e leva a vê-lo como um instrumento que trabalha a discrepância entre os locutores e entre as palavras e as coisas. Essas marcas discursivas nos permitem compreender, então, aspectos significativos da tipologia dicionarística. Lembramos que, na Análise de Discurso, a tipologia não é tomada como um *a priori* mas sim remetida às condições de produção e às propriedades internas dos processos discursivos (ORLANDI, 1999, p.85-86). Desse ponto de vista, colocam-se questões como: o que é um dicionário geral? O que é um dicionário escolar, infantil,¹⁰ de gíria, etimológico etc.? Cabe aí analisar os efeitos dos mecanismos caracterizadores das obras, que se encontram nos títulos, prefácios, descrições, mas também estar atento à sua materialidade textual e discursiva. Além disso, parece-nos pertinente relacionar

⁹ A *hiperlíngua* é um espaço-tempo de comunicação, que dispõe de certa estrutura conferida pelos sujeitos e pelos objetos que o ocupam (AUROUX, 1998, p.19). Uma reunião de artigos que tratam da hiperlíngua brasileira encontra-se em uma edição da revista *Langages* (AUROUX; MAZIÈRE; ORLANDI, 1998).

¹⁰ Em sua dissertação de mestrado, em andamento na UNESP – IBILCE (São José do Rio Preto), Maria Teresa Martins objetiva mostrar o aparecimento dos dicionários infantis no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, efetuando também uma análise discursiva desses dicionários.

as discursividades de uma e outra tipologia, identificando os traços que distinguem os tipos e subtipos. Evitar desse modo operar com uma tipologia fixada, que não contemple as singularidades e as regularidades discursivas das obras.

Autores

A análise dos autores de dicionários se depara inicialmente com textos biográficos, que circulam e são retomados. Tomar as biografias como discursos implica considerar suas versões, bem como seu modo de circulação. Consideremos, por exemplo, as biografias divulgadas pela Academia Brasileira de Letras, dentre as quais as de Laudelino Freire, Aurélio B. de H. Ferreira, Ramiz Galvão, dentre outros. O que importa nesse caso não é o autor empírico, mas sim o modo como em cada discurso se constrói a *função autor*.¹¹ Na lexicografia, temos a construção de certas imagens de autoria, como a autoria acadêmica (os dicionários de Academia), a autoria individual (dicionários como o *Morais* ou o *Aurélio*), a autoria editorial (*Dicionário Melhoramentos*). Em cada um desses casos, um certo aspecto da autoria é colocado em evidência, seja a instituição, o autor individual ou a editora, ao mesmo tempo em que outros aspectos são deixados de lado. O que funciona, desse modo, é um imaginário da autoria, que muitas vezes silencia o trabalho anônimo e coletivo dos membros das equipes lexicográficas, assim como a continuidade em relação a obra anteriores.

Vale aqui distinguir o *nome de autor*, a *equipe lexicográfica* e o *autor colaborador*. O nome de autor, além de produzir sentidos para um sujeito elaborador, funciona evocando uma memória de autor, como nos casos em que, falecido este, novas edições são publicadas mantendo-se seu nome: dicionários *Morais*, *Aulete*, *Silveira Bueno*, *Aurélio*, dentre muitos outros.

Já a equipe lexicográfica confere um sentido coletivo para a autoria. Vemos isso nos dicionários dos jesuítas, que, ao não mostrarem o nome de um autor, são interpretados como de autoria coletiva. Segundo Serafim Leite (1938), os manuscritos jesuítas passavam de mãos em mãos nas diversas missões do Brasil Colonial. O projeto do dicionário da Academia Brasileira de Letras, coordenado por Laudelino Freire (1939-44) atesta uma tensão entre a autoria coletiva e a autoria individual. Inicialmente organizado por um grupo de acadêmicos, tendendo para uma representação coletiva, ele foi em seguida, após uma discussão polêmica no interior da instituição, publicado por uma editora independente, culminando com uma representação individual do autor. Assim,

¹¹ Remetemos aqui ao texto de Lagazzi-Rodrigues (2006, p.81-103), que aborda a autoria na textualidade, na escola e no cotidiano das linguagens.

a representação coletiva muitas vezes se apaga diante da construção de uma imagem de autor individual. Outras vezes, é o autor que não aparece e que é significado por um grupo elaborador, como se vê no *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1938), que se apresenta na primeira edição como elaborado por um “grupo de filólogos”, sem que se mencionem nomes: seria esse um modo de evitar um nome de autor no momento da produção dos primeiros dicionários gerais brasileiros?

Quanto à figura do colaborador, ela remete a esse sujeito anônimo imerso no cotidiano, um sujeito individual que participa de um coletivo. O livro *O professor e o demente* (WINCHESTER, 1999) apresenta a história de um dos maiores colaboradores do dicionário *Oxford*: um presidiário com quem James Murray, organizador do dicionário, se correspondia. Esse caso evoca a imagem da autoria colaborativa, a qual é retomada atualmente com o suporte das novas tecnologias: ao construir uma biblioteca virtual contendo páginas *web* que abordam dicionários, Garcia (2006) nos leva a observar que no sítio atual do dicionário *Oxford* funciona uma imagem de leitor colaborador, de modo que o internauta é interpelado a enviar informações sobre novas palavras ou novas significações de uma palavra.

Essas figuras da autoria atestam a divisão do trabalho lexicográfico e as diversas formas de construir a imagem do dicionário e de erigir ou silenciar certas práticas de elaboração. Mostrar o modo como essas configurações aparecem e se transformam na história conduz a considerar a complexidade das práticas lexicográficas, sem perder de vista a singularidade de cada obra, com seu modo de representar a autoria.

Instituições

Ao analisarmos o saber lingüístico no tempo e no espaço, temos em vista o papel das instituições em sua produção, reprodução e divulgação.¹² O estudo das instituições produtoras de dicionários entrecruza-se com o das obras e dos autores. Desde a Época Colonial já se nota o papel das instituições na formação de lexicógrafos e na produção de obras. A Companhia de Jesus foi a primeira a realizar de modo substancial o circuito autor-obra-instituição. Ademais, após a feitura de dicionários, adveio a historicização delas, com os padres da Companhia de Jesus, ainda na Época Colonial. Esse trabalho no interior da instituição prosseguiu algum tempo após a expulsão dos jesuítas, sobretudo com a *História da Companhia de Jesus*, de Serafim Leite (1938).

¹² Para uma abordagem do funcionamento das instituições na produção de conhecimento sobre língua no Brasil, ver Orlandi e Guimarães (2002).

Além das grandes instituições que predominaram em certos momentos da história, como a Companhia de Jesus, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Letras, vemos no século XX a multiplicação das instituições e, com isso, das práticas de documentação, em universidades, editoras, museus, arquivos, bibliotecas particulares, centros de documentação etc. Vários acervos de dicionários encontram-se dispersos nessas instituições, de forma mais ou menos documentada.

Mostrar o modo como as instituições realizam um trabalho de documentação trará condições para um conhecimento das obras, dos autores e dos modos de circulação, de acúmulo ou de rarefação do saber lexicográfico. Convém também atentar para algumas mudanças institucionais. Se as Academias tiveram um papel significativo nos inícios da lexicografia monolíngüe, assim como as editoras, que fomentaram a imagem do autor individual e constituíram grandes equipes e bancos de dados, atualmente temos também as universidades, as quais vêm consolidando um lugar expressivo de formação de lexicógrafos e de produção de dicionários. Lembremos também do lugar que a escola ocupa na circulação dos dicionários, sobretudo no século XX, com a expansão do ensino e a atuação de instituições como o Ministério da Educação.¹³

Acontecimentos

O arquivo e a documentação estão sujeitos ao acontecimento discursivo, ou seja, a um real sócio-histórico que demanda sentidos. Os acontecimentos produzem efeitos sobre a documentação, fazendo irromper novas práticas ou interromper aquelas em andamento. Eles compreendem desde o aparecimento de um dicionário, suas edições e reedições, passando por acontecimentos históricos como a expulsão dos jesuítas, a Independência, a República, o surgimento das universidades etc. Acrescente-se a isso os fatos que condicionam a circulação das obras: distribuição editorial, mídia, divulgação científica, apoio governamental, dentre outros. Incluem-se aí também os gestos de abafamento da circulação: críticas, censuras, restrições econômicas etc. Como explicar, por exemplo, a continuidade ou o abandono de uma série de edições de um dicionário? Que acontecimentos perpetuam, transformam ou interrompem uma série?

Todo acontecimento pode causar uma mudança nas redes de filiação discursivas (PÉCHEUX, 1990). Portanto, analisar os acontecimentos na história da documentação de dicionários leva a refletir sobre o jogo entre a memória e a

¹³ Para um conhecimento das políticas atuais do Ministério da Educação do Brasil, ver o trabalho de Krieger (2006), que analisa a inclusão de dicionários no Programa Nacional do Livro Didático.

atualidade, a considerar tanto os fatos que sustentam a estabilidade dos sentidos dicionarísticos, quanto os que abalam ou produzem uma deriva desses sentidos, diante da alteridade discursiva. Contemplam-se aí os longos períodos históricos, como a passagem de uma sociedade religiosa a uma sociedade baseada no direito, a cientificização, a industrialização, a urbanização, a informatização ou fatos cotidianos, como o aparecimento de uma nova palavra em certas condições, a consulta do dicionário por um aluno no contexto escolar, por usuários de computadores que têm acesso a léxicos automáticos, ou por um leigo no dia-a-dia. Importa observar como os textos documentais significam os acontecimentos, como eles são afetados por eles, ao mesmo tempo em que os constroem e os situam na história.

Teorias

Tratemos, por fim, das teorias e de sua relação com a documentação de dicionários. Em diferentes conjunturas, a documentação de dicionários ocorre com sustentação em uma ou outra teoria. Já mencionamos mais acima o modo como o comparatismo realizou um trabalho de compilação de obras no século XVIII. Mostramos em um outro trabalho (NUNES, 2002) que a produção dicionarística no Brasil está ligada à circulação de teorias em determinadas condições: a gramática latina nos dicionários jesuítas, a gramática geral no dicionário de Moraes, o comparatismo nos dicionários bilíngües do século XIX. Seria de grande interesse explicitar o modo como se dá a documentação de dicionários sob a influência de cada uma dessas teorias. Nesse sentido, o advento da lingüística moderna no século XX é um acontecimento significativo para se mostrar as transformações no modo de descrição dos dicionários, seja para negá-los como objeto de estudo, devido a sua feição normativa, seja para localizá-los, discretamente, no interior da lexicologia e da lexicografia, buscando-se atribuir-lhe estatuto científico. No contexto brasileiro, a lexicografia amadora teve um lugar amplo na coleta e descrição das obras, mas, nas últimas décadas, com a multiplicação e a expansão das ciências da linguagem, novas abordagens têm surgido. Salientemos, dentre outras,¹⁴ as que tomam o dicionário como objeto de estudo: a história das idéias lingüísticas, a metalexicografia, a análise de discurso, de modo que novas formas de documentação se encontram em formulação, sustentadas em diferentes pressupostos teóricos.

¹⁴ Em Lara (2004), encontramos uma apresentação das "disciplinas do dicionário".

Conclusão

A visão da História das Idéias Lingüísticas articulada à Análise de Discurso traz novas perspectivas para a análise da documentação lingüística. Considera-se que esta se realiza no espaço e no tempo, de modo a constituir uma variedade de objetos, de disciplinas, e que ela se sustenta por meio de instituições que se constituem em diferentes tradições lingüísticas. Diante das possibilidades múltiplas de análise, a seleção de um domínio de documentação torna-se imprescindível. Tomamos aqui um desses domínios: o do dicionário, procurando trazer elementos para uma análise de sua documentação tal como ela se dá na história em um espaço específico: o Brasil.

Com as novas práticas de arquivo, condicionadas pela informatização, a documentação de dicionários, assim como dos fatos de linguagem, de modo geral, sofrem modificações que já se podem notar. Os arquivos, nacionais e internacionais, tornam-se disponíveis na Internet, as instituições elaboram suas bases de dados, os instrumentos lingüísticos são informatizados, novas formas textuais surgem.¹⁵ Todas essas mudanças levam a repensar as práticas de documentação, a propor novas maneiras de documentar, de ler e de divulgar os arquivos.

Acreditamos que um trabalho de análise dos arquivos produzidos na história e na atualidade torna-se extremamente oportuna diante desse cenário. Isso permitirá compreender os gestos de documentação realizados em certos domínios, conhecer seus objetos, suas finalidades, seus procedimentos, sua relação com os sujeitos, com as instituições, com as idéias lingüísticas. Trará ainda elementos para a realização de documentações lingüísticas que sejam sensíveis ao discurso, à língua e à história.

NUNES, J. H. Documentation discourse in the History of Linguistic Ideas and the case of dictionaries. *Alfa*, São Paulo, v.52, n.1, p.81-100, 2008.

- *ABSTRACT: This paper treats the documentation discourse, bringing elements for its analysis. This type of discourse is located into the theoretical device of Discourse Analysis and the History of Linguistic Ideas. It is shown the place of documentation discourse in the language sciences, its textual properties and its relation to history. Three instances of the documental discourse are approached: its constitution, formulation and circulation. It is also shown how this discourse, as an archive practice, produces an institutional memory. Finally, some directions to analyze the discourse of documentation on Brazilian dictionaries are proposed.*
- *KEYWORDS: Documentation discourse; history of linguistic ideas; discourse analysis, dictionary.*

¹⁵ Sobre as novas formas de dicionário no contexto da informatização, ver Pruvost (2000).

Referências

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992a.

_____. Les grandes compilations et les modèles de mobilité. In: _____. (Org.) *Histoire des idées linguistiques*. Liège: Pierre Mardaga, 1992b. p.538-579.

_____. Língua e hiperlíngua. Tradução de Eduardo Guimarães. *Língua e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas, v.1, p.17-30, jan/jun. 1998.

_____. Les méthodes d'historicisation. *Histoire Epistemologie Langage*, Paris, v.28, n.1, p.105-116, 2006.

_____.; MAZIÈRE F.; ORLANDI E. P. (Org.). L'hyperlangue brésilienne. *Langages*, Paris, v.130, 1998.

FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

GARCIA, D. A. Dicionário e Informática: análise e construção de arquivo. *Trabalhos em Análise de Discurso*, São José do Rio Preto, p.24-32, 2006.

GIACOMINI, G. I. *A obra lexicográfica de Silveira Bueno*. 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007.

GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p.163-183.

GUIMARÃES, E. Acontecimentos institucionais e estudos do português. In: _____. *História da semântica*. Campinas: Pontes, 2004. p.27-49.

_____.; ORLANDI, E. (Org.) *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas: Pontes, 2002.

HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Tomo I. v. 2.

KRIEGER, M. G. Políticas públicas e dicionários para escola: o programa nacional do livro didático e seu impacto sobre a lexicografia didática. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, n.18, p.235-252, 2006.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. Texto e autoria. In: _____.; ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p.81-103.

LARA, L. F. O dicionário e suas disciplinas. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2004. p.133-152. v. 2.

- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus*. Lisboa: Livraria Portugália /Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- NEIVA, A. *Estudos da Língua Nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.
- NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: _____.; PETTER, M. (Org). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/Campinas: Pontes, 2002. p.99-120.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes ; Cáceres: Unemat, 2001.
- _____. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: _____. (Org.). *Para uma enciclopédia discursiva da cidade*. Campinas: Pontes, 2003. p.7-20.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.
- _____. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p.261-267.
- PRUVOST, J. *Dictionnaires et nouvelles technologies*. Paris: PUF, 2000.
- ROHAN, V. de B. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- SOARES, A. J. de M. *Dicionário brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1888.
- TAUNAY, A. d'E. *Lexico de Lacunas*. Tours: Arrault, 1914.
- WINCHESTER, S. *O professor e o demente*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Recebido em maio de 2007

Aprovado em janeiro de 2008